

Para enfrentar esse desafio, surge a Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará, que está ancorada na Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC/PA) e norteada pelo Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), especialmente em sua diretriz orientadora para a valorização dos ativos e serviços ambientais de provisão, regulação, de suporte e culturais, com vistas ao desenvolvimento de atividades geradoras de receita fundamentadas nos pressupostos conceituais de bioeconomia.

A Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC/PA) foi instituída pela Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020, e tem o objetivo de integrar o esforço global para promover medidas que alcancem as condições necessárias à adaptação e à mitigação aos impactos derivados das mudanças do clima. O Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) alinhado à PEMC/PA, objetiva mudar o panorama da agenda climática no estado. Foi criado como incentivo as atividades que promovam a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a prevenção, o comando e controle, a fiscalização e a regularização, como alternativas para redução do desmatamento, gerando estratégias ambientais que precisam se reverberar nos padrões socioeconômicos, em mercados inteligentes capazes de gerar receitas financeiras e desenvolvimento para a população paraense.

A fim de viabilizar um novo olhar sobre o desenvolvimento social e econômico no Estado, à luz de soluções baseadas no uso sustentável dos recursos naturais, um dos instrumentos é o Programa Territórios Sustentáveis, instituído pelo Decreto Estadual nº. 344/2019 como ferramenta em nível operacional para contribuição do Pará aos compromissos globais de desenvolvimento sustentável, notadamente os Objetivos da Agenda 2030 (ODS) e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

O Programa, que é o principal expoente do Eixo de Desenvolvimento de Baixas Emissões do PEAA, têm objetivos como, o aumento da produtividade por hectare em áreas já abertas – evitando assim o avanço sobre áreas de floresta nativa e/ou em processo de regeneração natural – e a geração de ocupação, renda e oportunidades de desenvolvimento individual e familiar, a partir da implementação de uma matriz produtiva diversificada, pautada em arranjos que privilegiam a Bioeconomia, em grande volume, com capacidade de agregação de valor, e alinhada as boas práticas de produção. Esses elementos podem levar os negócios locais a novos ambientes de financiamento produtivo e, especialmente, a novos ambientes de mercados, nacionais e internacionais.

2.4. POTENCIAL E DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADO

A bioeconomia hoje representa a possibilidade de quebra do paradigma de desenvolvimento econômico, baseado ainda no modelo disseminado pela revolução verde, que contrapõe o modelo desenvolvimento usual, assegurando à conservação ambiental. A Amazônia tem papel central nessa transição, devido ao imenso potencial representado pela sua rica sociobiodiversidade. No contexto atual, de demanda global pela recuperação econômica pós-COVID, a bioeconomia apresenta um potencial de unir as bases para a promoção de um ambiente sustentável e equilibrado, com a geração de emprego, renda (em especial aos jovens e mulheres) e possibilitar novas alternativas de desenvolvimento econômico, com fortalecimento da economia local e união das bases da revolução verde aos ideais Amazônicos. O novo paradigma produtivo que deverá reorientar e dirigir, nos próximos anos, os investimentos produtivos na região, leva em consideração as oportunidades para desenvolver as indústrias de fármacos, fitoterápicos, cosméticos, nutrientes, essências, energéticos, alimentos, óleos, bebidas, fibras, biocombustíveis, serviços ambientais, etc., – com a consequente articulação e agregação de valor às cadeias produtivas pautadas na biodiversidade local.

O desafio da mudança de paradigma do modelo econômico de desenvolvimento, para uma visão de longo prazo, com baixas emissões de gases do efeito estufa, foca na utilização sustentável dos recursos naturais obtidos de fontes renováveis, demandados por políticas públicas, num moderno arcabouço regulatório que enfatiza os investimentos em pesquisas estratégicas, para a geração de novas tecnologias e inovações, capazes e produzir alimentos, fibras, energia e novos produtos, aproveitando também os resíduos. Para tanto, é imprescindível que o potencial dessa agenda seja conciliado à urgência de desenvolvimento social e humano do Pará.

2.4.1. Produção florestal madeireira e não madeireira

O Estado do Pará é líder nacional na produção de diversos produtos da floresta, que integram a bioeconomia regional, como o açaí. Entre 2010 a 2019, a produção de açaí de várzea e de terra firme foi crescente alcançando o volume anual de 1.320.150 toneladas de fruto/área plantada. Os produtos originados do beneficiamento do açaí são destinados aos mercados nacionais e internacionais, que adquiriram cerca de 76.800 toneladas de polpas, mixes, e açaí liofilizado, trazendo inovações ao mercado da bioeconomia mundial.

Atualmente, o Pará possui Polos da Rota do Açaí em atividade no Baixo Tocantins (Igarapé-Miri, Abaetetuba, Cametá e Barcarena, Acará, Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, Ananindeua, Benevides, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Colares, Curuçá, Inhangapi, Maracanã, Marapanim, Marituba, Primavera, Santa Bárbara

do Pará, Santa Isabel do Pará, Tomé Açu, Viseu, Bujaru, Santo Antônio do Tauá e Magalhães Barata).

Além disso, o desenvolvimento do mercado de cada produto agroextrativista da bioeconomia amazônica, pode gerar por meio da pesquisa e de aprimoramentos biotecnológicos, uma diversidade de usos e subprodutos. No caso do açaí por exemplo, o desenvolvimento de sua produção pode originar: (1) polpa congelada esterilizada; (2) sorvetes, (3) geleias, (4) corantes, (5) chás, (6) antocianinas isoladas, (7) vermífugos, (8) padrões químicos, (9) biomateriais para construções rurais e criação de móveis leves, (10) adubo e até (11) cosméticos, como esfoliantes e repelentes naturais; entre outros usos.

Além do açaí, outros produtos são chave para o desenvolvimento da bioeconomia do Pará, como o cacau, a mandioca, o abacaxi, a banana, a castanha-do-Brasil, o cupuaçu e a pesca. O Pará é líder também na produção brasileira de cacau, sendo responsável por 47,71% da produção nacional, o que corresponde a 128,961 toneladas produzidas em 2019.

Programas do Governo Federal como a Rota de Integração Nacional do Ministério do Desenvolvimento Regional, tem o Estado do Pará como foco de atuação estratégica em três Rotas como: a Rota do Açaí, a Rota do Cacau e a Rota do Mel. Segundo o MDR, o Pará, sozinho, responde por 61% da produção nacional.

2.4.2. O desenvolvimento da biotecnologia gerando acesso a novos mercados; A abundância e variedade dos recursos naturais renováveis disponíveis na Amazônia é inigualável em termos de patrimônio genético, e faz da maior floresta tropical úmida do mundo, uma oportunidade de negócios ímpar neste planeta. Particularmente, num século movido pelo conhecimento científico-tecnológico e mobilizado pela preocupação socioambiental, que prioriza a produção sustentável por bioindústrias e bionegócios, com o mínimo impacto possível de resíduos.

Além disso, a necessidade de novas moléculas para as indústrias químicas-farmacêuticas e a diversificação de nutrientes para o planeta, tende a expandir as fronteiras científicas as áreas remotas da Amazônia com advenços tecnológicos do Séc. XXI. É nesse quadro e perspectiva, que a Amazônia representa um dos mais ricos patrimônios naturais do globo, com um gigantesco potencial econômico ainda pouco explorado, cujo desperdício implica em perda incalculável de alternativas potencialmente promissoras de produtos inovadores para o desenvolvimento do país e da ciência global. Essas oportunidades deveriam ser capitaneadas por novos empreendimentos locais, associados à ciência e à tecnologia, e focados no manejo sustentável de toda essa riqueza natural.

Analisando a situação atual, caracterizada pela destruição ambiental, pela violência contra os povos indígenas e comunidades locais e criminalidade, cientistas lançam luz sobre as necessidades de investimentos na Amazônia. Os incentivos devem elevar o nível de desenvolvimento humano, expandir o uso da biodiversidade de forma sustentável, investir em infraestrutura que atenda às necessidades econômicas para melhorar a vida das pessoas que vivem na região, de forma a disseminar o conhecimento científico e tecnológico para que a economia da sociobiodiversidade represente, ao longo prazo, o epicentro do desenvolvimento da regional.

Sabendo que cada bioproduto pode originar, a partir da sua expansão comercial, uma variedade de novos mercados e inovações nacionais, ainda é necessário muito investimento em diversas ações para se atingir o patamar desejável às cadeias produtivas da sociobiodiversidade Amazônica, como: novas políticas, arranjos comerciais, melhoria da logística de escoamento da produção, mapeamento da capacidade produtiva regional, investimento a partir de novas potencialidades econômicas etc.. Essas ações constituem o eixo norteador para a criação do Plano de Bioeconomia do Pará que é o foco deste documento.

2.4.3. Desenvolvimento da ciência, tecnologia & inovação para a produção de conhecimento.

Os cientistas⁷ são contundentes sobre a necessidade urgente de mudar os incentivos políticos e econômicos para a Amazônia em prol de uma economia baseada na biodiversidade regional. Estudo⁸ encomendado pela iniciativa Amazônia 2030, identificou que a maior parte das exportações oriundas da Amazônia se concentraram (86%) em produtos oriundos da agricultura mecanizada (soja, milho, algodão), extração mineral, pecuária e papel e celulose. A partir da base de dados do Censo Agropecuário do IBGE, identificou-se ainda que 74% das atividades extrativistas não exaustivas nacionais (sementes, folhas, frutos, óleos, sem levar à derrubada da árvore) estão na Amazônia. Entre janeiro de 2017 a dezembro de 2019, as empresas sediadas na Amazônia exportaram 955 produtos diferentes. Desse total, pelo menos 64 podem ser considerados “compatíveis com a floresta”, incluindo produtos de sistemas agroflorestais, da hortifruticultura, florestais não-madeireiros e obtidos através da pesca e da piscicultura. Na média desse período, a exportação desses produtos rendeu US\$ 298 milhões por ano aos exportadores sediados na Amazônia, 0,17% da movimentação do mercado global de exportação (US\$ 176,6 bilhões anu-

7 The new bioeconomy in the Amazon: Opportunities and challenges for a healthy standing forest and flowing rivers. Ricardo Abramovay, Joice Ferreira, Francisco de Assis Costa, Marco Ehrlich, Ana Margarida Castro Euler, Carlos Eduardo F. Young, David Kaimowitz, Paulo Moutinho, Ismael Nobre, Herve Rogez, Eduardo Roxo, Tatiana Schor, Luciana Villanova

8 <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/08/23/basedas-em-ativos-da-floresta-startups-da-amazonia-impulsionam-a-bioeconomia.htm>